



MIGUEL FREITAS
**Programa
 LEADER
 precisa
 de um novo
 impulso**

página 5



UNICOL
**Assumir a
 responsabilidade
 de consolidar
 o setor
 leiteiro**

página 3



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 39 . dezembro/2021 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



GRATER
26 anos

página 6

GRATER
COMEMORA
ANIVERSÁRIO

Associação de Desenvolvimento Regional
 celebra 26 anos de atividade,
 mas já de olhos postos no futuro.

o mundo rural e costeiro



PAULA SOUSA
Presidente do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

O “Mundo Rural” é vital para o futuro do desenvolvimento dos Açores.

Cada Município açoriano, sem as gentes, culturas, patrimónios e economias rurais, perde a sua identidade.

No mundo atual – célere e, muitas vezes, distraído do humanismo que se exige – é imperativo que os princípios, valores, ofícios, maneios e hábitos que norteiam a nossa ruralidade sejam permanentemente resgatados e atualizados, porque não só são garante de desenvolvimento presente como respondem, em certa medida, aos desafios do futuro.

E nesta tarefa, os Municípios são fundamentais enquanto atores e motivadores de progresso; cabe-lhes a nobre função de impelir cada Comunidade para um rumo de crescimento. É essa a visão que pretendemos continuar nos próximos dois anos de presidência da GRATER que, agora, assume a Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Aproveito este espaço para deixar claro o compromisso que orientará a nossa presidência: valorizar o passado e o presente, gerando os equilíbrios que nos projetem no futuro como uma Comunidade mais justa, sustentável, norteada no rumo que pretende e apostada em que as próximas gerações usufruam deste paraíso que temos a honra de habitar. O Mundo Rural – o nosso Mundo Rural – é vital nesta equação.

Valorizar a sabedoria dos mais velhos; sensibilizar, formar e informar os mais novos; alavancar e facilitar os projetos e desenhar os caminhos futuros são os desafios que se nos colocam.

Até hoje, sempre os Municípios que integram a GRATER concretizaram o valor da organização enquanto agente de desenvolvimento. Continuaremos a honrar essa herança.

OPINIÃO

A rede rural nacional



MARIA CUSTÓDIA CORREIA
Coordenadora Nacional da Rede Rural Nacional

A RRN - Rede Rural Nacional é uma estrutura que assegura a interação entre os organismos da administração pública, as organizações e outras redes envolvidas no desenvolvimento rural, a nível nacional e europeu.

A RRN tem uma Estrutura Técnica de Animação, constituída por uma equipa pluridisciplinar, centralizada na DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e por sete pontos focais regionais, um em cada uma das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e em cada uma das secretarias regionais que tutelam o desenvolvimento rural nas Regiões Autónomas.

A RRN assume-se como uma plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento, pressupondo uma atuação que desenvolva a partilha e a cooperação em torno das diversas ações, com o objetivo de melhorar a qualidade de execução dos programas e medidas de política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

É uma rede aberta a todas as pessoas singulares e coletivas, de natureza pública ou privada, envolvidas no desenvolvimento rural, realizando-se a adesão mediante uma solicitação dos interessados através de formulário eletrónico.

Atualmente a RRN é constituída por cerca de 2300 membros, sendo a sua grande maioria PME ou pessoas singulares do setor agrícola, seguindo-se o grupo de associações, cooperativas ou outras formas de associação.

Os objetivos estratégicos da RRN são aumentar a participação dos interessados na execução do desenvolvimento rural; melhorar a qualidade da execução dos programas de desenvolvimento rural; informar o público em geral e os potenciais beneficiários sobre a política de desenvolvimento rural e as possibilidades de financiamento e fomentar a inovação na agricultura, na produção alimentar, nas florestas e nas zonas rurais.

Uma das atividades estruturantes para a participação dos diversos membros da Rede foi a organização de Grupos de Trabalho Temáticos (GTT). Duas temáticas são obrigatórias e permanentes – DLBC/LEADER e Inovação – as outras são selecionadas pelos membros

da RRN.

No atual período de programação foram identificadas 5 temáticas, que resultaram do debate em workshops regionais, nos quais participaram cerca de 250 entidades. Foram constituídos GTT temporários (Circuitos Curtos Agroalimentares, Dinamização dos Territórios Rurais, Novas Fileiras Agrícolas e Gestão Florestal), que identificaram problemas/necessidades e debateram ideias/soluções, que levaram à definição de Planos de Atividades, os quais impulsionaram a criação de parcerias e o desenvolvimento de projetos.

No GTT Inovação, a RRN desenvolveu um importante trabalho de divulgação de projetos nacionais e europeus entre parceiros, de apoio aos Grupos Operacionais (GO), nomeadamente para a constituição de parcerias e na divulgação dos produtos e resultados dos GO, participando e promovendo inúmeros eventos, realizados em Portugal e noutros EM, muitos em cooperação com a Parceria europeia para a Inovação e sustentabilidade Agrícola (PEI-AGRI) e fundamentalmente envolvendo os membros nas inúmeras atividades nacionais e europeias.

No âmbito das atividades de cooperação com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR), em março de 2017, realizou-se em Ponta Delgada a 7.ª Reunião das Redes Rurais Nacionais, organizada pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR), PEI-AGRI, RRN e Ponto Focal dos Açores da RRN.

Foi a primeira vez que se realizou uma reunião plenária das Redes numa região ultraperiférica, e nela participaram representantes de 20 Estados Membros, Autoridades de Gestão, entidades prestadoras de Serviços de Aconselhamento e ainda representantes da Comissão Europeia, da REDR e da PEI-AGRI, num total de mais de 80 participantes.

No próximo período de programação, a RRN irá continuar a assumir-se como uma importante plataforma de cooperação e partilha de conhecimento, com o objetivo de criar respostas para os desafios do mundo rural identificados no Pacto Ecológico Europeu, na Estratégia do Prato ao Prato e na Visão de Longo Prazo para as Áreas Rurais.



ESPAÇO ASSOCIADO

UNICOL

A trave mestra do setor leiteiro

É dos anos 40 do século passado a Federação de Cooperativas de Laticínios do Distrito de Angra do Heroísmo – hoje UNICOL. A cooperativa, que agrega os produtores da Terceira e da Graciosa, teve um papel fundamental na consolidação do setor leiteiro nas duas ilhas. Uma responsabilidade que mantém e que garante para o futuro.

A história do leite na Terceira começa a escrever-se, essencialmente, no início do século XX. A lavoura aparecia, na ilha, como promessa de sustento para as famílias, só que as fragilidades do setor, que se manifestaram pouco depois, ameaçavam deitar por terra essa esperança. Em 1945, existiam, aqui, cerca de quatro dezenas de fábricas, mas a pequena dimensão das indústrias e o afastamento dos mercados dificultavam o escoamento do queijo e da manteiga. É neste contexto que é criada, em 1946, a Federação de Cooperativas de Laticínios do Distrito de Angra do Heroísmo – um projeto ambicioso que se propunha a reestruturar e a organizar a lavoura: primeiro na Terceira – onde, aliás, era preciso responder ao aumento da demanda provocada pela fixação dos militares norte-americanos na Base das Lajes – e, depois, na Graciosa. A fábrica única começaria a funcionar um ano depois, trazendo inegável novo fôlego ao setor leiteiro.

João do Couto, presidente da direção da UNICOL – nome que a Federação de Cooperativas de Laticínios do Distrito de Angra do Heroísmo adquiriu em 1960 – traduz assim o papel da união de cooperativas: “A UNICOL é a trave mestra do setor nas duas ilhas onde está presente”. Assim é: ao longo destas mais de sete décadas de existência, o organismo trouxe um dinamismo que a produção e a transformação de leite não conheciam na Terceira e na Graciosa – inicialmente centrando-se no mercado local, mais tarde na grande Lisboa e, depois, em todo o território nacional, conseguindo, inclusive, alcançar mercados internacionais. “Só nos últimos 30 anos, a produção de leite na ilha Terceira cresceu 120%, acima da média regional (108%). No mesmo período, e devido à incorporação, em 1994, da empresa ELA, S.A. na PRONICOL, o leite recolhido pela UNICOL aumentou 248%”, contabiliza o responsável.

O impacto social e económico quer da união de cooperativas, quer da empresa – detida hoje a 49% pela UNICOL e a 51% pela Lactogal – é, por isso, inquestionável. De resto, não é só o emprego que geram (a fileira do



leite ocupa diretamente cerca de 700 produtores e 650 trabalhadores, divididos entre a UNICOL e a PRONICOL), é também os serviços e o apoio que prestam, essenciais à atividade nas explorações, mas também à sua salubridade: a assistência veterinária, a inseminação artificial, a assistência a equipamentos de ordenha, tratores e máquinas agrícolas em geral, a distribuição de gasóleo.

É facto que o setor leiteiro vive hoje dias turbulentos em todo o mundo e os Açores não são exceção. Um fenómeno ao qual a UNICOL está atenta. “A atividade económica é dinâmica e com maior ou menor celeridade ajusta-se às mutações dos mercados. A globalização fez deslocar grande parte do setor transformador para a Ásia, em busca de baixos custos de produção. A desindustrialização deixou um vazio nas economias da generalidade dos países da Europa e da América do Norte, destruindo muitos postos de trabalho e criando dependências preocupantes que a

pandemia veio destapar. No setor alimentar este fenómeno não foi tão grave, mas a indústria de laticínios sofre a pressão da comoditização crescente que atinge o setor. Qualquer que seja a evolução futura, na indústria as economias de escala vão continuar a ser relevantes e quem conseguir juntar eficiência à dimensão terá sempre vantagens”, afirma João do Couto.

A UNICOL promete estar na linha da frente desse futuro. Só assim, entende o presidente da direção, será possível assegurar o sucesso do setor leiteiro nas ilhas Terceira e Graciosa. “Historicamente, a lavoura da Terceira sempre beneficiou da vitalidade da UNICOL. O enfraquecimento desta cooperativa nunca beneficiou a lavoura. A evolução da indústria de laticínios em todas as zonas onde a produção de leite tem relevância tem sido sempre no sentido da consolidação e não da atomização”, considera o responsável.

Por outro lado, defende João do Couto, a produção e a transformação leiteira fazem parte do ADN das ilhas – “são o único setor de atividade em que os Açores têm expressão de relevo no contexto nacional, assegurando cerca de 35% do leite produzido” – e, por isso, dificilmente passarão para o segundo plano quer da dinâmica económica e social da Região, quer da transformação do mundo rural.

Nessa defesa da ruralidade, UNICOL e GRATER estão e são associadas. A união de cooperativas, aliás, reconhece à Associação de Desenvolvimento Regional a capacidade de promover iniciativas geradoras de riqueza e com potencial para fixar população nas ilhas Terceira e na Graciosa. O fomento do mundo rural faz-se assim, em parceria. O setor leiteiro – e a UNICOL – têm nessa missão um papel fundamental.



PROJETOS EXEMPLARES

JUNTA DE FREGUESIA DO PORTO JUDEU

Parque das Quatro Bicas movido a energia verde

Pequenos passos e ações transformam o mundo. Não espanta, por isso, a preocupação da Junta de Freguesia do Porto Judeu em responder, à sua escala, ao desafio das alterações climáticas. Iluminar uma zona de lazer com energias renováveis, com recurso à energia solar, faz a diferença? Faz e a autarquia local sabe disso.

O parque das Quatro Bicas, inaugurado em 2018, era já um lugar aprazível, onde famílias e amigos passavam o tempo, entre as churrasqueiras e um forno a lenha onde se cozem alcatras e pão. Mas faltava, segundo Honória Leandro, presidente da Junta de Freguesia, iluminação suficiente que permitisse não só prolongar o tempo de convívio, mas também guiar o caminho dos lavradores que têm, ali, as suas explorações agrícolas. O recurso à eletricidade convencional nunca foi, neste cenário, uma hipótese: o plano foi sempre optar pela energia verde para preservar o ambiente, poupar recursos e, acima de tudo, dar o exemplo. “Nas Quatro Bicas fazia sentido que assim fosse. Penso que as autarquias locais têm de dar o exemplo nesta matéria, porque têm mais capacidade para mostrar que isto é uma coisa boa. E foi, de facto, uma mais valia: há

hoje uma maior procura pelo espaço e penso que podemos, assim, sensibilizar as pessoas”, afirma a autarca.

A Junta de Freguesia do Porto Judeu partiu, assim, para a aquisição e instalação de sistemas energéticos de consumo próprio, num projeto apoiado pelo PRORURAL+ a 100%, dado tratar-se de uma Junta de Freguesia. O investimento de 29 336,02€ é, diz Honória Leandro, uma aposta ganha – que não teria sido possível sem a GRATER, garante. “A GRATER é muito importante, sobretudo para as autarquias locais que não têm verbas pró-



prias e vivem destes projetos. Foi uma ajuda fundamental”, considerou.

O parque ecológico das Quatro Bicas está pronto, autónomo, autossuficiente – a mostrar que o mundo rural também está atento às questões ambientais.



TOURISM LAUNDRY SERVICE

Lavagem de roupa cinco estrelas



Rui Fagundes é formado em turismo. Trabalhou em hotelaria, numa agência de viagens e foi depois, durante seis anos, diretor da Pousada de Juventude da ilha Terceira. Foi aí, aliás, que adquiriu noções práticas sobre logística hoteleira: a experiência é, sempre, a melhor escola – e o conhecimento, nomeadamente sobre o funcionamento das lavandarias, viria a ser-lhe útil anos mais tarde, quando abriu, por conta própria, o negócio Tourism Laundry Service.

O nome é autoexplicativo: aqui lavam-se as roupas – lençóis e toalhas – das unidades que não têm lavandarias próprias, como alojamentos locais e hostels. Uma necessidade que começou a intensificar-se há cinco anos e para a qual Rui Fagundes deu resposta. “Nós acompanhámos o boom do turismo na Região, fizemos uma prospeção de mercado e demos conta de que havia uma lacuna ao nível das lavandarias destes espaços de menor dimensão. Em 2015 abrimos a empresa para fazermos exatamente isso”, conta.

Aquando do primeiro estudo de mercado, a Terceira tinha cerca de 80 alojamentos locais;

um ano e meio depois, em 2015, passaram a 300. Muitos recorrem aos serviços de Rui Fagundes: reconhecem-lhe a diferenciação, o esforço a qualquer hora do dia e, principalmente, o empenho na aprendizagem sobre tudo o que concerne à lavagem da roupa. As roupas que saem do Tourism Laundry Service têm um cheiro próprio e irrepetível.

Por tudo isto, e considerando o aumento da procura que estava a verificar-se antes da pandemia, Rui Fagundes decidiu aumentar a área de trabalho para melhor responder aos clientes. Ampliou o espaço e adquiriu mais equipamentos – um investimento elegível de 48.230,82€, apoiado a 70% pelo PRORURAL+ (porque cria um posto de trabalho), num montante de 33.761,57€. “Foi uma ajuda que nos fez crescer”, diz

Hoje, o Tourism Laundry Service de Rui Fagundes está mais bem apetrechado, capaz de responder à procura dos alojamentos locais da ilha. Na volta, devolve-lhes lençóis e toalhas impecavelmente lavados e perfumados, como se de hotéis de cinco estrelas se tratassem.

ENTREVISTA

MIGUEL FREITAS, PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Abordagem LEADER precisa de um novo fôlego

Miguel Freitas, professor na Universidade do Algarve, ex-secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, não nega a importância da Abordagem LEADER, mas defende que o programa perdeu autonomia e precisa de um novo impulso. A nova PAC pode abrir uma janela de oportunidades.



Como avalia o Acordo Político da Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e que impactos são expectáveis com a reforma da PAC pós-2020, também ao nível do LEADER?

A União Europeia vive um momento particularmente complexo, pela incerteza que a pandemia coloca, mas também pela aceleração das respostas impostas pelos enormes desafios ecológicos, económicos e sociais. O Pacto Ecológico marca a agenda política reformista europeia, com impactos a todos os níveis, impulsionando mudanças na PAC ao nível da sustentabilidade alimentar e ambiental. Podemos mesmo afirmar que a PAC quer ser mais territorial e mais descentralizada e isso abre oportunidades renovadas ao nível do programa LEADER. Mas tal só se confirma com mais verbas afetas à diversificação de atividades e ao desenvolvimento local e aí a ambição parece pouca face às novas exigências.

Que balanço, aliás, faz da implementação do programa LEADER? E de que forma vai esta abordagem evoluir nos próximos anos?

A abordagem LEADER tem provas dadas, com milhares de projetos viáveis e duradouros aprovados, dando resposta a necessidades concretas e trazendo resiliência a territórios rurais, mobilizando energias dos atores locais. Mas creio que perdeu alguma da sua autonomia e necessita de um novo fôlego. Num tempo em que os territórios rurais necessitam de uma nova institucionalidade, novos modelos de intermediação, face aos fenómenos migratórios de um só sentido, é necessário que os Governos entendam a importância de reforçar os Grupos de Ação Local como agentes mobilizadores e integradores e, já agora, os seus orçamentos plurifundos.

Qual é, no seu entender, a importância dos Gru-

pos de Ação Local, quer na implementação da abordagem LEADER, quer na aplicação destes fundos estruturais?

Aquilo que parece fundamental é a construção de Planos Estratégicos de Intervenção Local, multinível, multiescalar e multifundos. A reinvenção da economia rural não se faz exclusivamente a partir dos fundos agrícolas e de desenvolvimento rural. É preciso um planeamento de duplo sentido ascendente-descendente, uma intervenção integrada e construtiva e uma governança próxima, flexível e compreensiva dos processos locais.

Quais são, os grandes desafios destes grupos, destas associações e do desenvolvimento rural em Portugal?

Reforçar o seu “empoderamento”, afirmando-se como entidades autónomas dos poderes administrativos públicos, promovendo avaliações rigorosas do seu trabalho, reconhecendo as falhas, as omissões, as incapacidades e potenciando velhas e novas competências, robustecendo a sua estrutura técnica e alargando as parcerias estratégicas em função dos planos territoriais concretos, em particular com instituições da ciência, do conhecimento e da inovação. A ação inovadora passa pelo relançamento das relações urbano-rurais, pela afirmação da capacidade de contribuir para os grandes desafios das sociedades e do ambiente, pela reinvenção da multifuncionalidade dos territórios e pela valorização e dignificação do trabalho nas economias rurais.

Que prioridades devem orientar os próximos instrumentos de apoio ao desenvolvimento local? E qual deve ser o papel dos Grupos de Ação Local na gestão destes fundos?

Os instrumentos de programação de apoio ao desenvolvimento local devem manter, desde logo,

como prioridade os “acessos” a redes e equipamentos de índole geral, sem o qual não há atratividade nem qualidade de vida para fazer “territórios acolhedores”. Por outro lado, devem gerar a capacitação dos territórios para “novas economias verdes e azuis” de base natural, a partir da bioeconomia e da circularidade, dando resposta à agenda climática, à descarbonização e à transição energética, gerando “territórios empreendedores”. Devem, ainda, reforçar o apoio a iniciativas de patrimonialização, de geração de valor endógeno, de preparação para o uso e usufruto sustentável dos recursos paisagísticos e naturais, que transformam e projetam novos “territórios visitáveis”. Finalmente, devem colocar a transformação digital ao serviço das pessoas, incorporando tecnologia, informação e conhecimento que permitam ganhar eficiência nos processos produtivos e nas respostas à cada vez mais complexa relação cidadão-empresa-administração, gerando “territórios colaborativos”. Acima de tudo, é preciso reaprender a fazer a gestão ativa de uma parte destes territórios com menos gente, com mais respeito pelo ambiente e pelos recursos naturais. Isso requer preparação e capacitação para gerar novos modelos de gestão. Este é um desafio, também, para os Grupos de Ação Local.

Quais deveriam ser as áreas de intervenção da Abordagem LEADER, no âmbito da PAC 2030?

O objeto central de intervenção da abordagem LEADER no âmbito da PAC é conhecido e continua a passar pela capacitação e diversificação de atividades em meio rural. Ao longo destes últimos trinta anos o processo teve inflexões e incorporou, entre outros, programas de apoio à pequena agricultura. Creio que há três domínios sectoriais novos onde a abordagem LEADER pode fazer a diferença: no apoio à agricultura familiar, aos jovens empresários rurais e à diversificação de atividades no setor florestal. Devem ser programas bem definidos e com orçamentação própria. Mas creio que o papel dos Associações de Desenvolvimento Local (ADL) deve ir muito para além de meros organismos de intermediação administrativa no âmbito das DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária). As ADL devem ser agentes de projetos mobilizadores integrados, com forte componente imaterial, aderindo a movimentos globais inovadores e projetando parcerias transnacionais. Devem afirmar-se como verdadeiros agentes da sociedade civil, com causas próprias, neste tempo de enorme complexidade.

NOTÍCIAS

GRATER celebra 26º aniversário e reflete sobre desafios do futuro

A GRATER comemorou, no passado dia seis de dezembro, o seu 26º aniversário. A celebração, adiada devido à pandemia, decorreu no Auditório do Ramo Grande, tendo juntado associados e beneficiários da Associação de Desenvolvimento Regional, numa reflexão sobre o passado, o presente e o futuro quer do Grupo de Ação Local, quer do programa LEADER.

Fátima Amorim, à altura presidente do Conselho de Administração da GRATER, traduziu os 26 anos de atividade da associação em números: mais de 600 projetos aprovados, que correspondem a um investimento superior a 24 milhões de euros e à criação de 253 postos de trabalho.

Tendo em conta este impacto, a responsável considerou, a propósito, que o instrumento DLBC/LEADER e os Grupos de Ação Local vão continuar a ser fundamentais para a concretização das políticas e metas traçadas para desenvolvimento dos territórios, sendo para isso necessário, no entanto, “o reforço do instrumento territorial Desenvolvimento Local de Base Comunitária [DLBC], garantindo que o mesmo se baseia em estratégias territoriais e de desenvolvimento local e na clara assunção dos sete princípios da Abordagem LEADER”.

“Consideramos ser necessário uma regulamentação simples, garantindo flexibilidade suficiente para adaptar as medidas às necessidades de cada território”, afirmou.

Fátima Amorim considerou essencial, ainda, o rápido reconhecimento das Estratégias de Desenvolvimento Local para o próximo período de programação, para que possam ser implementadas já no início de 2023.



“Pretendemos, através de Estratégias de Desenvolvimento Local, responder aos desafios futuros em matéria de emprego, ambiente e território. Temos, sem dúvida, um grande trabalho pela frente e uma responsabilidade acrescida na preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local e na implementação de políticas públicas que exigem a maior e melhor colaboração entre todos os agentes locais”, disse.

Já o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, defendeu um maior apoio, sobretudo às autarquias, na preparação das candidaturas aos fundos comunitários. “O poder local que se debate com problemas de investimento, se debate com novos ajustamentos, que se debate com novas necessidades, encontra no LEADER um recetor dos seus problemas. Mas temos de fazer a ligação, facilitando as candidaturas do poder local. A GRATER faz o seu papel, e muito bem, de apoio técnico, de explicação, de acompanhamento, que vai muito mais além do que está estipulado. Mas é preciso mais: é preciso ligação entre o poder local e as candidaturas. É isso que estamos a prever para o futuro, criar essa ligação,

facilitando que o poder local possa, de modo mais ágil, e sem grandes preocupações, candidatar-se. Cabe à administração regional facilitar as iniciativas do poder local – para que tenhamos freguesias mais desenvolvidas e com equipamentos que outros fundos comunitários não podem apoiar”, referiu.

Intervieram na sessão de abertura, ainda, os presidentes das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Álamo Meneses, da autarquia angrése, lembrou que a GRATER tem hoje trabalho realizado em quase todas as freguesias das ilhas Terceira e Graciosa. Para o autarca, o trabalho desenvolvido pela Associação de Desenvolvimento Regional é não só um exemplo da utilização de fundos comunitários, como também um bom complemento às políticas nacionais, regionais e autárquicas.

“A GRATER tem sido aquele eixo que permite realizações às quais de outra forma nunca poderíamos chegar, porque os recursos não chegariam. Em todas as nossas freguesias, o trabalho feito neste quarto de século sente-se, vê-se e é um trabalho que continua a produzir e continua a dar bons resultados em prol do desenvolvimen-

to rural e agora, nos últimos anos também, no desenvolvimento das comunidades ligadas à pesca. É um trabalho que deve continuar”, afirmou.

Vânia Ferreira, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, defendeu que esse percurso, no futuro, deve ter em conta fatores históricos, socioculturais e ambientais. “Projetar os próximos anos com a GRATER é criar uma visão cada vez mais ambiciosa para as novas gerações, cultivando uma riqueza histórica e sociocultural da nossa comunidade, mas também uma aposta no futuro dessas gerações, ao desafiar a sustentabilidade ambiental. Para isso é necessária a criação de projetos idealizados para o futuro e para a manutenção da qualidade ambiental, preservando o ecossistema único que existe nos Açores. Em paralelo, os estímulos que podem vir a ser aproveitados, se explorados com o apoio da GRATER, no setor turístico, são uma mais-valia na criação de riqueza e do potencial turístico para o desenvolvimento da nossa Região”, disse.

Partilharam os seus testemunhos sobre a relação com a GRATER Ana Souto, presidente da Federação Minha Terra, Carlos Ormonde, da FloriAzoris, Gilberto Vieira, da Quinta do Martelo, Fausto Dâmaso, presidente do Centro Comunitário de São Brás, Bento Barcelos, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Paulo Fagundes, presidente da Filarmónica Recreio de Santa Bárbara, Marta Bretão, conservadora e restauradora, Duarte Melo, presidente da assembleia da Junta de Freguesia do Porto Judeu, Eduarda Vieira, artesã, e Miguel Freitas, professor da Universidade do Algarve. Já Décio Santos, secretário do Conselho de Administração da GRATER, apresentou as linhas mestras do projeto “Smart Islands”, em que a GRATER está envolvida. As comemorações do 26º aniversário da Associação de Desenvolvimento Regional terminaram com a projeção do vídeo “GRATER - 25 anos”, um trabalho da produtora Zangão, e com a atuação do “Duo Cordibus”, duo formado por José Sousa na guitarra e Evandro Meneses na viola da terra.



NOTÍCIAS

Produção agroalimentar debatida na Terceira

Dez Grupos de Ação Local oriundos de Itália e três dos Açores (GRATER, ADELIAÇOR e ARDE) debateram na Terceira, nos dias 25, 26 e 27 de novembro, as produções agroalimentares locais, da terra e do mar, com o objetivo de promover o posicionamento destes produtos nos mercados nacionais e internacionais, de forma inovadora e multifacetada. A Associação de Desenvolvimento Regional da Graciosa e da Terceira recebeu os parceiros deste projeto de cooperação transnacional, intitulado “Reducing the Distance: short supply chain between land and sea”, tendo dinamizado, na ocasião, visitas a instituições, empresas e indústrias como a FRUTER, a Quinta dos Açores, o Museu do Vinho e a Queijaria Vaquinha. Neste encontro, houve tempo ainda para uma reunião de trabalho e para a assinatura do protocolo de cooperação. O projeto “Reducing the Distance: short supply chain between land and sea”, que nasceu de um convite remetido pelo Grupo de Ação



Local Sulcis, da Sardenha, pretende reforçar a ligação entre o meio rural e urbano, bem como os circuitos curtos alimentares, nas modalidades de venda direta e indireta. Esta iniciativa parte do pressuposto de que o consumo de produtos locais valoriza a proximidade geográfica entre produção e consumo; os produtos seguros e de qualidade; as técnicas de produção ambientalmente sustentáveis; a proximidade relacional entre produtores e consumidores; a dinamização da economia local e a retenção do valor

acrescentado no território.

Para além disso, há a noção clara de que os produtos locais comercializados em circuitos curtos apresentam aspetos distintivos, que se caracterizam pelas palavras “qualidade”, “justo”, “seguro”, “rastreável” e “sustentável”.

Neste projeto, e através da implementação de ações comuns, os Grupos de Ação Local pretendem valorizar o conceito de mercado rural, simultaneamente genuíno, como manda a tradição, e moderno, como exige a sociedade

contemporânea, enriquecendo a estrutura social urbana.

Para que os objetivos da iniciativa “Reducing the Distance: short supply chain between land and sea” sejam alcançados, os parceiros envolvidos comprometem-se a promover os territórios rurais através de eventos que potenciem a troca de experiências entre operadores locais de produtos agroalimentares; dinamizar campanhas de valorização dos produtos locais e sazonais; e apostar na qualificação das empresas locais.

GRATER nas comemorações dos 30 anos do LEADER

A GRATER participou, nos dias 28, 29 e 30 de outubro, no evento comemorativo dos 30 anos do programa LEADER – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural em Portugal, que decorreu em Ponte de Lima e que contou com várias atividades de reflexão sobre o futuro desta abordagem de desenvolvimento rural, numa organização da Federação Minha Terra e da ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima.

As atividades arrancaram com uma reunião das coordenações dos Grupos de Ação Local, para um ponto de situação da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local, assim como da preparação do próximo quadro de programação.

Já no dia 29 de outubro, António Oliveira das Neves, economista, proferiu uma conferência sobre os 30 anos de percurso do LEADER e sobre o futuro da abordagem. A sessão de abertura contou com uma mensagem do Pre-

sidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que destacou a importância do programa LEADER e do trabalho das Associações de Desenvolvimento Local para o desenvolvimento dos territórios mais desfavorecidos. Estiveram presentes, ainda, Vasco Ferraz, presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Carlos Rodrigues, presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Francisco Calheiros, coordenador da ADRIL, e Maria do Céu Antunes, Ministra da Agricultura.



Houve espaço, ainda, para uma mensagem de Elisa Ferreira, Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, que saudou os Grupos de Ação Local pelo trabalho desenvolvido e que destacou os resultados do instrumento DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária, tendo deixado algumas pistas para o futuro.

Foi apresentada, também, uma mensagem de Janusz Wojciechowski, Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, que salientou o

papel dos Grupos de Ação Local na prossecução dos objetivos da Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais. A sessão contou também com intervenções de Arlindo Cunha, ex-Ministro da Agricultura e ex-eurodeputado, e de Franz Fischler, ex-Comissário Europeu para a Agricultura. Esteve presente, igualmente, o vice-presidente da CCDR-Norte, Beraldo Pinto.

A sessão de encerramento contou com intervenções de Ana Paula Xavier, à altura presidente da direção da Federação Minha Terra, e de Isabel Ferreira, Secretária de Estado da Valorização do Interior.

Já o último dia do evento foi dedicado a visitas a projetos apoiados no âmbito da abordagem LEADER, na vila de Ponte de Lima, designadamente o Centro de Interpretação da História Militar de Ponte de Lima, a Casa da Terra, o Festival Internacional de Jardins e o Centro de Interpretação e Promoção de Vinho Verde.

NOTÍCIAS

Município da Praia da Vitória lidera Associação de Desenvolvimento Regional

A presidência do Conselho de Administração da GRATER está agora com o município da Praia da Vitória: Paula Borges de Sousa, vereadora da autarquia, é a presidente da Associação de Desenvolvimento Regional, sendo Fátima Amorim, vereadora da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a vice-presidente.

Os novos órgãos sociais da GRATER foram eleitos no passado dia seis de dezembro, em Assembleia Geral. No Conselho de Administração estão, ainda, António Pedro Simões (vice-presidente, em representação da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo), Anselmo Pires (tesoureiro, em representação da Associação de Jovens Agricultores Terceirenses), Décio Santos (secretário, pela Associação Juvenil da Ilha Terceira – AJITER), Paulo Homem e Paulo Barcelos (suplentes, em representação da Adega Cooperativa dos Biscoitos e d’Os Montanheiros, respetivamente).



A Assembleia-Geral é assumida por António Reis, presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, João Picanço (na vice-presidência, pela Associação de Agricultores da Graciosa), e José Eduardo Silva (secretário, pela Associação de Pescadores da Graciosa).

No Conselho Fiscal da Associação de Desenvolvimento Regional

estão António Bento Barcelos (presidente, em representação da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo), Domingos Borges (vogal, pela Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória), José Almerindo Costa (também vogal), António Borges (primeiro suplente, pela Junta de Freguesia de Santa Cruz) e Gilberto Vieira (segundo suplente).

CURIOSIDADES do mundo rural

“O menino mija?”

É provavelmente uma das tradições mais antigas – e uma daquelas que unem todas as ilhas dos Açores. “O menino mija” é marca identitária na Região e causa, de resto, alguma estranheza a quem vem de fora. A expressão muito pouco convencional dá corpo a uma debandada das famílias e dos amigos açorianos, que entre os dias 24 de dezembro e seis de janeiro procuram porta aberta para convívios bem regados: antigamente a licores caseiros, bolo de Natal e figos, hoje a cerveja e delícias várias, feitas em casa ou compradas nos supermercados.

Em entrevista ao Diário Insular, em 2012, Francisco Dolores, padre, explicava que “o menino mija” remonta ao início do povoamento, quando a dispersão dificultava os encontros. Na noite da consoada, os primeiros açorianos iniciavam as visitas às casas mais próximas, fazendo-se acompanhar de lanternas e violas. A conversa dava-se à volta dos presépios a toque de música e de bebidas caseiras – ou de uma “pinguinha”, como por aqui se diz. Assim se adivinha de onde vem a expressão que por estes dias se ouve um pouco por todas as ilhas. “Se o dono da casa se demorava para dar um cálice de anis ou um licor de amora, as visitas perguntavam: ‘então o menino mija ou não mija?’”, contava Francisco Dolores.

Séculos volvidos, a tradição mantém-se. “O menino mija” é só mais um motivo para os açorianos conviverem e fazerem a festa. Desde o ano passado que os encontros estão ameaçados, mas o Natal é também tempo de acreditar que melhores dias virão ao chegar do novo ano



O Conselho de Administração e a Equipa Técnica da GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional - desejam-lhe um Feliz Natal e um ano de 2022 repleto de prosperidade.